

3.

A Crítica à Paz Liberal nas Operações de *Peacebuilding*

O otimismo inicial que acompanhou a reativação das operações de paz das Nações Unidas no contexto do pós Guerra-fria foi minado por sucessivos fracassos das operações em estabelecer um ambiente favorável à paz sustentável.

Esse capítulo expõe as narrativas críticas de estudos da paz e resolução de conflitos, em especial as que vêm se articulando em defesa de uma alternativa à paz liberal. Serão analisadas as críticas que os autores direcionam à paz liberal, bem como os argumentos e os conceitos levantados por tais autores em favor de uma nova forma de paz que transcenda a concepção dominante atual.

A identificação e conceitualização da paz liberal contemporânea tem sido associada aos acadêmicos da tradição crítica que estão atentos às tendências imperialistas da paz promovida por forças hegemônicas (Barkawi & Laffey, 1999; Duffield, 2001; Paris, 2002, 2004; Chandler, 2004; Richmond, 2005, 2010, 2012; Fanthorpe, 2005; Mac Ginty, 2006, 2011; Mac Ginty & Richmond, 2007)

A influência da ciência política e das relações internacionais nos estudos de resolução de conflitos significou por muitos anos a predominância de ferramentas e perspectivas teóricas baseadas no pensamento ocidental, Estado-cêntrico e institucionalista. Sob essa influência, os estudos tendem a enfatizar tais elementos como o Estado, a burocracia e os processos políticos formais (como por exemplo, eleições) como principais objetos de investigação nos estudos sobre conflitos.

Como legado do pensamento liberal discutido no capítulo anterior, a grande maioria das abordagens ortodoxas ou não-críticas da pacificação ou da construção da paz enfatiza a construção ou a reforma do Estado como fundamentais e até mesmo indispensáveis na elaboração de sua metodologia. Essas abordagens estão preocupadas em resolver os problemas, as crises e conflitos (*problem-solving approaches*), não questionando ou desafiando as estruturas que os fomentaram. Aceitam parâmetros, modelos e se focam na resolução do conflito ‘imediato’ (Mac Ginty, 2008: p.144).

A mudança de foco de conflitos interestatais para conflitos intraestatais demandou reflexões e transformações conceituais. Conflitos entre Estados

contavam com ferramentas de análise e instrumentos de resolução específicas, que se tornaram inúteis para o entendimento dos ‘novos conflitos’. Tais ‘novos conflitos’ demandam atenção maior para etnicidade, linguagem, religião e cultura. As partes envolvidas não são identificadas facilmente, porque não há claramente agressores e agredidos, nem simetria legal entre os combatentes que possibilite acordos de paz formais.

Com isso, a literatura acadêmica sobre operações de paz começa a se expandir a partir da década de 1990, momento em que as Nações Unidas lançaram uma série de novas missões logo ao fim da Guerra Fria. O número de artigos em periódicos acadêmicos sobre o assunto das operações de paz aumentou em mais de 350% de 1980 a 1990 (Paris, 2001: p.27).

Destaca-se o foco pragmático da literatura sobre as operações de paz nesse período, uma vez que as transformações em campo demandaram repensar os métodos para se lidar com os conflitos civis e seus efeitos humanitários, particularmente após as crises no Kosovo, Timor Leste e Congo. Porém, para Roland Paris (2001, p.27), o escopo limitado das pesquisas, voltadas a fornecer recomendações aos tomadores de decisão não acrescentava aos debates da disciplina.

Naquele momento, Paris (2001: p.29) defendeu o engajamento dessa literatura com os debates teóricos da disciplina de Relações Internacionais. Até então, os estudos estavam focados no planejamento, na condução e nos resultados das operações, e não se importavam em questionar as implicações das missões de paz para o entendimento de política internacional.

O início da década de 2000 foi marcado por reivindicações nas Relações Internacionais por abordagens de resolução de conflito que superassem os limites do empirismo que dominava a subárea de estudos até então. No ano 2000, Roland Paris publica ‘Broadening the Study of Peace Operations’ na *International Studies Review*, em que afirma:

building the study of peace missions into a mature academic subfield will require a concerted effort to move beyond the current preoccupation with practical operation issues and, instead, to use these missions as windows into larger phenomena of international politics (p.28).

Em 2001, Oliver P. Richmond publica no *Journal of Conflict Studies* um

artigo intitulado ‘Rethinking Conflict Resolution: The Linkage Problematic Between “Track I” and “Track II”’, em que defende que a resolução de conflitos deve considerar não somente os elementos institucionais como o Estado e suas estruturas, mas os elementos presentes na sociedade que em última instância são fundamentais para a legitimidade do Estado.

Em 2003 em 2004, Michael Pugh, em seus artigos ‘Peacekeeping and IR Theory’ e ‘Peacekeeping and Critical Theory’, publicados na *International Peacekeeping*, analisa o *gap* teórico no campo de estudos das OPs (exclusivamente preocupado com questões empíricas e com a prática em campo) e aplica a perspectiva da teoria crítica para explorar as OPs.

A abertura da disciplina de Relações Internacionais para perspectivas teóricas mais críticas e desvinculadas do método científico positivista e das ontologia e epistemologia teóricas tradicionais, possibilitou que abordagens mais abrangentes do campo de estudos da paz e de resolução de conflitos ganhassem espaço dentro da disciplina de Relações Internacionais.

A formação de perspectivas mais críticas tornou possível uma leitura distinta de resolução de conflitos de modo geral e das operações de *peacebuilding* mais especificamente. Para além do *mainstream* da disciplina, *peacebuilding* pode ser entendido “*as partially a site of international assistance, via social, political and economic engineering. It is also partially a site of local acquiescence, local co-option and of multiple and often hidden forms of resistance*” (Richmond, 2010b: p.685).

Richmond (2008: p.441) justifica que esses desenvolvimentos “*have provided fertile ground for placing an everyday peace at the centre of IR*”. O autor defende que uma forma de vida universal e singular é inevitavelmente vista como hegemônica e opressiva. Ainda que exista de fato uma versão dominante ou agenda para a paz na teoria de Relações Internacionais e na prática (nomeadamente a paz liberal), esse caráter totalizante reflete as limitações da ortodoxia da disciplina, sua cultura, ontologia, e métodos (Richmond, 2008: p.451).

Os estudos da paz e de resolução de conflitos têm assumido cada vez mais seu caráter interdisciplinar. Como exemplo, em contraste com as metodologias ortodoxas institucionais, as metodologias etnográficas adotadas por muitos antropólogos têm sido amplamente defendida como uma ferramenta que

possibilita os analistas de explorar diferentes perspectivas, padrões de comportamento de grupos específicos e processos ‘*bottom-up*’, em contrapartida às perspectivas impostas pelo ‘internacional’ nas intervenções.

Os críticos da paz liberal buscam se distanciar cada vez mais da dicotomia entre dominante e dominado. As leituras críticas recentes trazem uma dinâmica que enfatiza dominação, submissão e resistência. São esses elementos que se destacam do ‘encontro’, ou da tensão, entre o ‘internacional’ e o ‘local’. A antropologia já se distanciou da ideia de que o etnógrafo estuda regiões genuinamente tradicionais e isoladas do mundo moderno (Barley, 1986), no entanto, ainda encontra espaço nas regiões assoladas pelo conflito para a análise de rituais e tradições ‘locais’ que possibilitem uma aproximação maior dos entendimentos daquele povo e de sua cultura (Mac Ginty, 2008: p.146).

Acredita-se que a literatura antropológica fornece ao pesquisador dos conflitos internacionais uma fonte muito rica de informação a respeito das normas e rituais costumeiros que equilibram a vida em sociedade e a harmonia entre os indivíduos em sociedades tradicionais (Kemp & Fry, 2004). No entanto, alguns críticos da paz liberal argumentam que há muito pouca interação entre as literaturas de resolução de conflito e os estudos antropológicos do conflito em sociedades tradicionais (Mac Ginty, 2008: p.146).

Dessa forma, defendem que essa lacuna pode e deve ser preenchida a partir de uma abertura da disciplina para essas diferentes perspectivas e de uma leitura do conflito mais inclusiva. Segundo a crítica, um grande passo seria reconhecer o poder das comunidades locais de ignorar, renegociar e até sujeitar as formas da paz liberal que são transmitidas às sociedades por meio de uma linguagem de ‘reforma’ ou ‘boa governança’ (Richmond & Franks, 2007; Mac Ginty, 2008: 158).

Os críticos da paz liberal se propõem a ir além da mera crítica. Para Mac Ginty (2008: 159), a agenda crítica radical deve partir para além da ação de simplesmente criticar e apontar as falhas da paz liberal para a reflexão sobre até que ponto alternativas (ou mini-alternativas no contexto local) são possíveis (Mac Ginty, 2007). Isso implica em um engajamento crítico com o papel da cultura na paz e no conflito sem que se ceda à tendência de romantizar¹ o ‘local’,

¹ Algumas correntes críticas da paz liberal têm denunciado a tendência de alguns estudos a elevarem o ‘local’ a uma condição idealizada que não ajuda na prática. Para a literatura crítica da

‘tradicional’, ‘indígena’.

Nesse contexto, encontramos críticos da paz liberal dispostos a desafiar as ontologias e epistemologias tradicionais em defesa de uma paz não institucionalizada e legítima. Contudo, a experiência em campo é sempre fonte de novos questionamentos e a literatura crítica inclui um emaranhado de debates e diferentes abordagens. Na seção seguinte, serão explorados os problemas que a crítica identifica na paz liberal, as causas desses problemas e as alternativas propostas.

3.1

Os problemas, as causas, as soluções

Desde o fim da década de 1990, a falha das operações de *peacebuilding* da ONU em combinar as promessas cada vez mais ambiciosas de seus mandatos complexos com os resultados obtidos em campo, somada à pressão internacional crescente contra violações de Direitos Humanos, injustiças e desigualdades sociais fomentou questionamentos sobre a legitimidade de tais intervenções.

A crítica às missões de *peacebuilding* empreendidas pela ONU não soa como uma voz una e coerente. É constituída por um grupo heterogêneo de pesquisadores que, de modo mais geral, aponta para as tentativas de institucionalização da paz liberal como a causa dos fracassos da reconstrução pós-conflito.

A fonte dos problemas da reconstrução pós-conflito comumente explorada por essa literatura crítica é a paz liberal, no entanto, divergem a respeito das causas para o fracasso das operações de *peacebuilding*, e consequentemente, nas prescrições e recomendações que oferecem como solução.

Dado que a discussão sobre o lugar do ‘local’ na crítica da paz liberal é central para o presente trabalho, os argumentos críticos da paz liberal podem ser divididos em três grupos distintos de acordo com as propostas referentes à relação do ‘internacional’ com o ‘local’. A proposta do presente trabalho é explorar os limites da literatura que se denomina mais radical, porém, expõem-se aqui brevemente algumas outras respostas à paz liberal.

paz liberal, a romantização do ‘local’ significa um retorno ao ‘bom selvagem’, interpretá-lo como inerentemente bom, contrapondo-o a um ‘internacional’ imperialista.

3.1.1

Adaptação do 'local'

No primeiro grupo, a crítica enfatiza a incompatibilidade do ideal de paz liberal (em resumo, regime democrático e livre-comércio) com a realidade não-liberal local (como por exemplo, tradição de regimes autoritários e sistema econômico fechado). Para esses críticos, a causa do problema da imposição da paz liberal está na democratização e na liberalização que ocorrem antes que a sociedade local esteja institucionalmente preparada para essas mudanças. A recomendação oferecida por esses pesquisadores é a transformação e adaptação gradual do local para a recepção das novas ideias.

Para esses autores, o ideal da paz liberal não é um problema em si, mas a sua implantação em culturas não adaptadas para sustentar as instituições democráticas e liberais (Snyder, 2000; Zakharia, 2003; Krasner, 2005; Keohane, 2002). Com efeito, as transformações das operações de paz tornaram as intervenções cada vez mais engajadas com a transformação social, um dos pilares da geração de operações de *peacebuilding*, e passaram a demandar a participação de um crescente número de civis em tarefas relacionadas com a adaptação, transformação e à educação da população local, que deveria ser preparada para assumir a autoridade estatal ao final do mandato das Nações Unidas.

A visão liberal de *peacebuilding* insiste na existência de normas globais que sustentam os princípios da boa governança, da democracia e do livre mercado. Esse grupo crítico advoga pela adaptação do 'local' ao processo de construção da paz, por meio da transformação social, de modo que tal sociedade se torne madura para sustentar e consolidar as estruturas para a paz duradoura. Esse grupo apresenta propostas de caráter reformista e reforça a importância das instituições (Ignatieff; Thakur, 2005; Dobbins et al, 2007; Paris, 2004; Paris & Sisk, 2009).

Paris argumenta que a instabilidade dos territórios receptores de intervenção de paz se deve à promoção de rápida democratização e liberalização. Para o autor, a teoria da paz democrática liberal é válida, pois a democracia e a mercantilização continuam sendo objetivos fundamentais à paz que devem ser perseguidos, no entanto, afirma que o momento de democratização e liberalização é inerentemente instável:

Peacebuilders in the 1990s placed their faith in rapid democratization and marketization as a means of consolidating peace in countries that were just emerging from civil wars. As it turned out, however, immediate liberalization generated a number of destabilizing side effects that endangered the very peace that such policies were intended to strengthen. This conclusion has cast doubt on the prevailing methods of peacebuilding (Paris, 2004: p.235).

O problema para o autor está no método aplicado pelas operações de *peacebuilding*. O primeiro passo para resolver esse dilema seria reconhecer que a democratização e a liberalização são processos inerentemente tumultuados e que os Estados em uma condição pós-conflito estão pobremente equipados para administrá-los. A solução oferecida é “*constructing the foundations of effective political and economic institutions prior to implementing extensive liberalizing reforms*” (Paris, 2004: p.235), o que aumentaria a probabilidade de uma transição gradual e pacífica para uma democracia liberal estável no longo termo.

De acordo com Paris, os teóricos clássicos liberais entendiam a importância de instituições estatais efetivas como pré-requisito para a paz doméstica e seus entendimentos devem ser incorporados aos estudos da paz liberal e às práticas de *peacebuilding* em si (Paris, 2004: p.235).

3.1.2

Adaptação ao ‘local’

Um segundo movimento crítico acusa o ocidente de ignorar as particularidades locais, seus valores, necessidades e entendimentos de bem-estar e de paz. Para os representantes desse grupo, a sociedade local não deve ser transformada a partir de premissas e normas ocidentais. O problema é identificado na natureza excludente e imperialista do ideal de paz liberal imposto pelas intervenções, e a causa dos fracassos das operações de paz seria a despolitização da sociedade em questão, que desprovida de agência pelo ‘internacional’ no processo de construção de sua própria paz deslegitima os esforços da ONU e demais agências envolvidas na (re)construção pós-conflito.

Essas vozes ressoam em defesa do conceito de ‘*local ownership*’, segundo as quais a sociedade local deve se apropriar do processo de construção de paz e de construção de seu próprio Estado (nos casos de *peacebuilding* como

statebuilding). Defende-se a ideia de que as instituições e a paz pós-conflito só são legítimas se construídas pelas mãos e nos moldes da sociedade para quem se tornam uma realidade no dia a dia.

O início dessa década foi marcada pela cooptação do discurso de ‘participação local’ e ‘apropriação local’ (*local ownership*) pelas Nações Unidas em seus mandatos e doutrinas de operações de paz. A diferença entre participação (que se aproxima mais da prescrição oferecida pelo movimento crítico anterior) e apropriação ‘local’ é que participação pode significar simplesmente a inclusão e o engajamento da população ‘local’ na implementação do projeto da paz liberal, com o intuito de legitimá-lo, enquanto ‘apropriação local’ (*local ownership*) implica, em tese, que tanto o projeto quanto a implementação da paz seria realizado pelo ‘local’ com o apoio e assistência dos atores ‘internacionais’.

O discursos que enfatizam a tradição e o ‘indígena’ se fortaleceram nesse período e possuíam um grande apelo popular e caráter legitimador para as operações de *peacebuilding* das Nações Unidas. Resistência e ativismo por grupos ‘indígenas’ marcaram o período, que foi designado pela ONU como ‘A Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo (1995-2004)’.

Disseminam-se nesse período narrativas, políticas e discussões que enfatizam os direitos, o compromisso e a capacidade desses povos de se engajar. O Departamento do Reino Unido para Desenvolvimento Internacional financia ‘*project work with indigenous communities that promotes their views and voices, helps exchange information and improves communication*’ (FCO, 2006). O Banco Interamericano de Desenvolvimento estabelece uma ‘Unidade para Povos Indígenas e Desenvolvimento da Comunidade’ e desenvolve uma ‘Estratégia Indígena’. A Organização Mundial do Trabalho (OMT) também patrocina pesquisa sobre povos indígenas e redução da pobreza (Bhattachan and Webster, 2005).

No âmbito das Organizações Não-Governamentais Internacionais também fica evidente a preocupação com os povos ‘locais’. A Oxfam International cria um Plano Estratégico com o intuito de facilitar ‘*a stronger voice for indigenous people at the global level*’ (Oxfam International, 2001: 15).

Com relação às guerras civis e à resolução de disputas, houve grande interesse em buscar e identificar técnicas e práticas utilizadas por esses grupos nativos. O Banco Mundial passa a oferecer treinamento em técnicas de

transformação do conflito baseados na observação de rituais ‘locais’. No vídeo *‘Building Social Capital through Peacemaking Circles’*, consideram o círculo um mecanismo tradicional de comunicação e construção de valores compartilhados, consenso e resolução de conflitos existente em formas de governo participativas anteriores (World Bank, 2004).

O UNITAR (UN Institute for Training and Research) desenvolveu um programa de treinamento *‘to enhance the conflict prevention and peacebuilding capacities of minority and Indigenous Peoples’* (UNITAR, 2006). O rascunho da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas destaca que esses povos devem ter acesso a processos mutualmente aceitos e justos para a resolução de conflitos e disputas, que portanto, devem considerar costumes, tradições, regras e sistemas legais dos povos indígenas em questão (UNHCR, 1994: Artigo 39).

Essa popularidade do ‘indígena’ e ‘tradicional’ opera também no nível normativo, e sustentabilidade é um conceito chave, juntamente com participação. Essas ideias se manifestam e se expressam nas narrativas de empoderamento ‘local’, capacitação e desenvolvimento da sociedade civil, e apropriação cultural, todos conceitos inseridos nas doutrinas das operações de paz e nos programas e projetos de desenvolvimento.

Teoricamente, John Paul Lederach é frequentemente associado à esse movimento *‘bottom-up’*. Ken Bush (1996: p.86) resume essa perspectiva afirmando:

“the challenge of rebuilding war torn societies is to nurture and create the political, economic and social space within which indigenous actors can identify, develop, and employ the resources necessary to build a peaceful, just, and prosperous society”.

Na prática, a tese de que a paz deve ser construída por aqueles que vão desfrutar dela foi enfraquecida pela cooptação do discurso crítico pelas Nações Unidas e demais instituições envolvidas na reconstrução pós-conflito e pela constatação de que várias eram as restrições impostas à verdadeira participação e apropriação do local no processo.

Alguns obstáculos podem ser destacados. Em primeiro lugar, em sociedades muito divididas, é particularmente complicado encontrar uma definição para o ‘local’. Se o ‘local’ deve se apropriar do processo de construção

da paz e o próprio ‘local’ é responsabilizado pelo conflito, como escolher o ‘local’ capaz de participar e conduzir a reconstrução daquele território? Quais os critérios? E mais importante, qual a extensão dessa autonomia ‘local’ que está vinculada à autorização e reconhecimento externo? Como exemplos ilustram, muitas vezes a tradição ‘local’ foi reinventada pela ONU para garantir legitimidade à operação.

Uma segunda questão está relacionada às limitações materiais do ‘local’. A reconstrução de um Estado e a construção da paz em regiões que foram marcadas por conflitos demanda recursos que invariavelmente provém da assistência internacional. A assistência, por sua vez, está condicionada a planos de ação que reconhecem como viáveis e legítimos. Mais uma vez, a autonomia ‘local’ pressuposta nos discursos de *‘local ownership’* dependem do reconhecimento externo.

Esses obstáculos demonstram como o projeto de uma paz liderada pelo ‘local’ tem uma viabilidade limitada no âmbito das operações de *peacebuilding*. No campo teórico, muitos críticos da paz liberal se colocam contra essa tendência, que para muitos pode ser desastrosa. Eles apontam para o perigo da romantização do local. A propagação do discurso de *‘local ownership’*, juntamente com uma narrativa em defesa da tradição e do indígena em contraposição a imposição dos valores liberais, dão origem a uma imagem romantizada de ‘local’. Cria-se uma fantasia de um povo pacífico, ou ainda, reforça-se a posição subordinada e atrasada do ‘local’.

Se o primeiro movimento que almejava educar a população para a boa governança foi enfraquecido pela falta de legitimidade da ação de imposição de uma ordem externa a uma população, o segundo grupo apresentou uma proposta inviável e igualmente deslegitimada pela experiência.

3.2

A paz híbrida / pós-liberal nas operações de *peacebuilding*

Essa seção apresenta o discurso da paz híbrida ou paz pós-liberal. É relevante expor primeiramente, de modo mais detalhado, o que esse grupo crítico julga como o problema da paz liberal nas operações de *peacebuilding*, porque é a partir dessas premissas que propõem alternativas ao *peacebuilding* liberal.

3.2.1

O Problema da paz liberal

A crítica à paz liberal está fundamentada na percepção de que o liberalismo não reconhece a ordem local, contextual e costumeira. O liberalismo é acusado de marginalizar ativamente o local. Ainda que se reconheça a diversidade de práticas aplicadas a cada caso, regiões distintas como o Timor Leste e a Serra Leoa, o Congo e o Iraque, a Libéria e o Afeganistão são considerados alvos do que se reconhece discursivamente como o projeto da paz liberal – intervencionista, cosmopolita, e etnocêntrico.

Mac Ginty (2011: p.41-42) resume as críticas ao projeto da paz liberal em 10 pontos principais, apresentados a seguir com adição de alguns comentários e observações:

- (1) Em primeiro lugar, uma crítica comum ao projeto da paz liberal é que ele é etnocêntrico, ou seja, é dirigido pelo ‘norte global’ e almeja reproduzir formas de paz e governança que reflitam as expectativas desse ‘norte global’;
- (2) É elitista, o que significa que o poder está nas mãos das elites políticas e econômicas tanto no nível nacional quanto no nível internacional;
- (3) Está centrado em questões de segurança, privilegiando a ordem e a estabilidade em detrimento da emancipação e diversidade. Dessa forma, o poder será direcionado àqueles que estão preparados para usar a coerção;
- (4) O projeto da paz liberal é superficial. Apesar do discurso da paz positiva e da preocupação do conceito de *peacebuilding* com a solução das causas estruturais do conflito, na prática, responde primordialmente às manifestações de conflito direto ao invés de focar nas causas subjacentes. Assim, a paz construída não é sustentável;
- (5) É tecnocrático, reduzindo a construção da paz a uma série de tarefas tecnocráticas;
- (6) O projeto da paz liberal é acusado de ser rígido, por se basear em um modelo para a paz pré-estabelecido e em intervenções bem programadas;

- (7) Outra causa dos problemas resultantes das intervenções de paz apontada pela crítica é que essas intervenções são administradas com orçamentos de curto prazo e ciclos políticos;
- (8) O caráter neoliberal privilegiaria as intervenções neoliberais ², que frequentemente ignoram custos sociais;
- (9) Cria-se uma paz ilusória, uma vez que com todas as atividades exercidas pelos construtores da paz, muitas vezes as relações de poder dentro da sociedade permanece alterada;
- (10) As intervenções de peacebuilding liberais falham em se conectar com as expectativas locais. Esse é um ponto muito destacado da crítica, que seria a falta de legitimidade ‘local’ da paz construída pela não consideração das preferências locais.

Vivienne Jabri destaca que em uma resolução de paz, assumia-se a igualdade entre os envolvidos, cujas vozes tinham o mesmo peso. O projeto da paz liberal, por meio das operações de *peacebuilding*, busca a transformação como um meio pelo qual se atinge um fim da violência, mas, mais importante, “*an end to any politically defined conflict*” (Jabri, 2010: p.41), o que pressupõe a diminuição das diferenças entre as partes.

Os meios para a transformação são institucionais, para que se redefina as formações sociais de modo que sociedades sejam transformadas em sociedades ‘liberais’. Por definição, o projeto requer não só militares, mas serviço internacional civil engajado na construção de instituições, de escolas a Departamentos de Justiça, reforçados por exércitos de ‘formadores’ que por sua vez se comprometem a levar à população local os exercícios pedagógicos como conscientização de gênero, treinamento em Direitos Humanos, proibidade orçamental etc. Dessa forma, como afirma Jabri (2010: p.42), “*the liberal peace project is (...) self-defined as a ‘peacebuilding’ and indeed a statebuilding project, a form of social engineering internationally rendered*”.

² Nesse sentido, o autor se refere ao pensamento econômico que favorece em alguns países, a partir da década de 1960, a privatização de setores antes regulamentados pelo Estado. Segundo a corrente neoliberal, o Estado de bem-estar social é ineficiente, e o corte de gastos sociais por meio de privatizações aumentaria a concorrência, melhoraria os serviços e impulsionaria o desenvolvimento. Nas intervenções de construção da paz, os Estados criados ou reconstruídos nesse contexto pós-conflito geralmente contam com diversas agências não-governamentais e outros Estados, mas também com o setor privado, atraído pela oportunidade de inserção nesse mercado nascente, para a provisão de bens sociais à população.

Parte dos argumentos para as intervenções liberais está centrado na premissa de que determinadas sociedades são propensas ao conflito violento, especificamente do tipo que culmina em colapso social, formação de milícias que atacam civis, senhores da guerra e dissolução de instituições estatais, e consequente violação de direitos humanos em grande escala. Todas essas características se tornaram indícios de sociedades ‘fracassadas’ (Jabri, 2010: p.42), e assim sendo, sem qualquer direito de reivindicar soberania ou o princípio da não-intervenção, uma vez que o princípio da não-intervenção está baseado na exclusividade, como também na capacidade de cada Estado de prover ao seu povo a segurança e os bens públicos de direito.

As respostas do *peacebuilding* à ‘fragilidade estatal’ são organizadas em torno da discrepância entre a realidade das instituições estatais no país em questão, descrita de forma negativa, em contraste com um modelo ideal de Estado concebido pelo ‘ocidente’ (Anne Brown *et al*, 2010: p.101). Não são organizados em torno de um entendimento mais amplo da realidade local que considere necessidades reais e pontos fortes que estão presentes. Tais Estados receptores das intervenções de paz são percebidos e representados como “‘*incomplete*’, ‘*not yet properly built*’, ‘*fragile*’, ‘*failing*’, or ‘*failed*’ because government has not yet penetrated throughout society” (Anne Brown *et al.*, 2010: p.103).

Para alguns, o projeto da paz liberal pode ser definido como ‘Great Post-Conflict Makeover Fantasy’ ou ‘continuação da guerra por outros meios’ (Cramer, 2006: p.245) Para outros, uma ‘forma de imperialismo liberal’ (Williams, 2010: p.58).

O ocidente assume que sua própria história de formação do Estado é o único caminho a seguir, o que é reforçado pela noção de progresso e ‘estágios de crescimento’ definido na década de 60. O Estado é uma categoria “auto-evidente” imposta em grande parte do mundo (Williams, 2010: p.60), frequentemente sem ser desafiado sobre o que está sendo transferido e que efeito isso pode ter para populações que se tornam alvos dos discursos de ‘construção da paz’ e ‘reconstrução do Estado’, frequentemente associados.

O argumento contra o projeto da paz liberal parte da premissa que: “*to intervene at all into other societies is by definition colonial, suggestive of dispossession, racialised domination, and subjugation*” (Jabri, 2010: p.42). De fato, o histórico de todas as formas de intervenções sugerem que estas estão

intimamente relacionadas à ‘desapropriação’, seja de recursos ou de agência. No próprio ato da intervenção está implícito o questionamento da capacidade daquela população de determinar o que constitui identidade política. Jabri (2010: p.42) argumenta que essa forma de desapropriação *“derives from the view that the liberal peace project is one of protection and hence of security; what is now referred to as ‘human security’”*.

Para Jabri (p.43), o projeto da paz liberal está longe de ser um projeto emancipatório, sendo um projeto que reforça o conceito hierárquico das subjetividades baseado na primazia do ‘eu’ europeu liberal contra ‘outros’ cujos modos de articulação permanecem ‘outros’.

Enquanto as sociologias históricas do Estado reconhecem o papel constitutivo que a violência assumiu na emergência do Estado moderno Europeu, a história do Estado europeu nas Relações Internacionais assume o Estado como um dado, uma entidade cuja existência é garantida e inquestionável, *“so sanitised of the historical record that it is all too easy to divide the world into two simplistic categories, ‘states’ and ‘failed states’ or even ‘quasi-states’”* (Jabri, 2010: p.44). Já se tornou clichê a ideia de que o Estado europeu é o modelo de Estado. O colonialismo, o Holocausto e as Guerras, são apresentados pelo discurso liberal como modelos rivais. O compromisso normativo do liberalismo é tamanho que a realidade de seu poder global é suprimido para que outras sociedades sejam trazidas à mesma renúncia liberal (Jabri, 2010: p.44).

O projeto da paz liberal prioriza o ‘humano’ no âmbito internacional. O humano nesse contexto é definido positivamente por meio de um entendimento jurídico de Direitos Humanos, de maneira que ser ‘humano’ nessa concepção moderna é estar de posse de Direitos Humanos sustentados juridicamente em relação ao Estado e às instituições internacionais. Dessa forma, frequentemente Direitos soberanos e Direitos Humanos são interpretados como conceitos em oposição, a partir da noção de que ganhos de soberania representam perdas para a humanidade e vice-versa (Jabri, 2010: p.45).

O argumento principal de Jabri (2010: p.48) é que:

“the liberal peace project is not a Project of peace as such, one that would recognise the self-determination of others, but is rather a project of dispossession, one that seeks to depoliticise the temporal and spatial articulation of selfhood in place of a globally affirmed, institutionalised discourse that seeks

conformity to a liberal international political economy that is, in late modernity, total in its manifestation. It assumes the right to declare the exception to the rule, to define necessity, and to determine the capacities requisite of such agency. In directing its power at the government of populations through military and pedagogical means, it aims to shape societies so that they become self-governing entities within distinctly liberal lines”.

O projeto da paz liberal é acusado por muitos como uma ‘missão civilizatória’, uma expressão da ‘responsabilidade de proteger’, um projeto cosmopolita que almeja a mudança de foco do direito soberano para o direito humano, tendo assim uma orientação tanto normativa quanto operacional (Jabri, 2010, p.48).

Especificamente, a crítica de Jabri defende que os elementos constitutivos do projeto da paz liberal – de que representa proteção das populações apresentadas como vulneráveis; o estabelecimento de estrutura de governanças em prol dessa proteção e; de que é definido pedagogicamente – deve ser reinterpretado em relação às tecnologias de controle informadas por premissas distintas ontológicas e epistemológicas (Jabri, 2010: p.49).

O projeto da paz liberal é também constitutivamente construído a partir de certos compromissos ontológicos informados por concepções hierárquicas de subjetividade, de forma que o ‘eu’ liberal seja visto como representante de alcance cosmopolita, de posse de agência e capacidade para proteger. Aqueles que recebem essa proteção são os ‘protegidos’, desprovidos de agência, de quem se espera a partir do discurso protecionista a abdicação de qualquer senso de subjetividade distinta que não já esteja definida pelo soberano, qual seja, a subjetividade liberal (Jabri, 2010: p.52).

A paz liberal apresenta uma concepção particular de cosmopolitismo baseada em ontologia e epistemologia que assumem um consenso universal sobre as causas do conflito e as soluções, sempre baseadas em interpretações liberais do ‘self’ e de governança. Tais compromissos ontológicos e epistemológicos surgem da concepção hierárquica de subjetividades que valoriza acima de tudo o ‘self’ europeu liberal, o autor e árbitro de sistemas de conhecimento sobre as populações, e sobre como elas devem ser categorizadas e registradas, e o que constitui estruturas institucionais aceitáveis para governo (Jabri, 2010: p.55).

O projeto da paz liberal, sendo um projeto voltado a reformulação de outras sociedades, especificamente a governamentalização do Estado pós-colonial

nos moldes do liberalismo, “*is a project that appears to primarily dispossess target societies of self-determination and the agency required for the capacity to author political subjectivity*” (Jabri, p.55), expressando “*both epistemological and ontological universalism, somehow banishing limits and distinctions*” (Jabri, p.55).

Milne (2010: p.74) critica os interventores de usar pouco o potencial local para a paz, uma vez que o processo de reconstrução de Estado implica invariavelmente no desempoderamento e na oposição em relação às forças presentes, ao invés de tirar proveito da resistência, o que aumenta a distância entre a estrutura local e a paz liberal. Os esforços de construção de um Estado liberal já parte de um pré-julgamento contra as práticas sociais, políticas e culturais (Richmond, 2009b: p.150).

Programas como Desarmamento, Demobilização e Reintegração (DDR) e Reforma do Setor de Segurança (SSR) tira as armas da população e as concentra nas mãos de exércitos. A abertura do mercado remove o protecionismo fazendo a competição e os meios de subsistência muito difíceis para os recém chegados ao sistema de mercado no pós-conflito. A democratização enfoca a política nos sistemas partidários e em agendas em geral nacionalistas. Direitos humanos suplantam necessidades humanas. O Estado de Direito endossa todos esses processos mencionados e protege a propriedade privada. Com isso, muitas vezes o sistema de justiça implantado nesses moldes acaba por consolidar desigualdades sócio-econômicas e sistema de classes (Richmond, 2010b: p.687).

Onde ocorre *peacebuilding*, é largamente aceito que se deva criar e promover uma sociedade civil vibrante. Também é esperado que o processo de construção da paz receba muito de seu apoio e legitimidade no terreno, da sociedade civil e de atores locais, assim a noção de sociedade civil está fundamentalmente associada à validação das estratégias e objetivos do *peacebuilding* liberal.

Ainda, enquanto a paz civil é vinculada à natureza nativa / indígena de paz originada da cultura local e das estruturas tradicionais da sociedade, o conceito de sociedade civil é principalmente usado para representar uma visão do ocidente referente aos atores, cidadãos, indivíduos, sujeitos, trabalhadores, consumidores e instituições que são ‘autorizadas’ de cima e de fora para representarem a si

mesmos, exercer sua própria agência, lobby, e defesa dentro dos confinamentos do liberalismo social (Richmond, 2009b: p.150).

Os críticos afirmam que o peacebuilding contemporâneo está baseado na construção de instituições e consideram pouco os fatores culturais nas suas incursões, o que resulta na negligência com o ‘local’ e o bem estar da população em (re)construção. Ao fazer isso, Richmond acredita que as operações acabam por enfraquecer as próprias afirmações legitimadoras de suas atividades de que se baseiam em uma sociedade civil ‘vibrante’ e ignoram quaisquer estruturas ou cultura de paz que já possam existir. Isso mina a capacidade da paz liberal de se engajar com as agências ‘locais’ para a produção de uma forma de paz hibridizada, mas mais autêntica localmente, e ao mesmo tempo desenvolve um contrato social liberal (Richmond, 2009b: p.166).

A construção da paz e a construção de Estado empreendidas pelas operações de paz representam uma contestação da cultura e da diferença. A intervenção, fundamentada frequentemente na ideia de ‘responsabilidade para proteger’, tende a infantilizar os ‘protegidos’, e vinculam política à produção, consumo, eficiência e disciplina. (Richmond, 2009b: p.166). Os peacebuilders, a elite profissional dos funcionários civis internacionais que participam dessas operações têm como objetivo último a pacificação, mas não se comprometem com a construção de uma paz auto-sustentável, multidimensional, capaz de reconhecer as necessidades, a cultura, os costumes e responder a eles no nível civil (Richmond, 2009b: p.166).

Essas Operações reificam as prioridades universais do liberalismo enquanto ignoram seu próprio localismo em sua aspiração de propagar um ideal de Estado liberal e universal. Richmond argumenta que as operações de *peacebuilding* romantizam o local ao deslocá-lo de suas dinâmicas, e tirarem dele sua agência:

This indicates a romanticisation of the local that takes away its agency and distances its context so that another agency can be inserted, on the argument that the local has no capacity to create its own form of peace (Richmond, 2009b: p.166).

Milne (2010: p.75) acredita ser uma questão pertinente a que se refere às dinâmicas no nível internacional da intervenção e se respondem favoravelmente à

esses instrumentos, no entanto observa que no nível micro, sub-estatal, as necessidades locais são previamente assumidas, e não seriamente pesquisadas, e os mecanismos locais de representação suplantados (por estruturas de ‘sociedade civil’ habitual) ao invés de compreendidos e apoiados.

Os mecanismos criados para capacitar as pessoas a acessarem o Estado e a governança não são percebidos como neutros e adaptados, mas restritivos, requerendo capital social para seu uso bem-sucedido. Nada funciona sem o processo de aprendizado ao qual o local se vê submetido. Milne (2010: p.75) ainda menciona outro fator agravante, que seria o fato das ONGs e outras instituições no local em questão se tornarem competidores adicionais no fluxo das relações de poder pós-conflito.

A paz liberal está baseada em concepções do pensamento liberal-internacionalista, do institucionalismo liberal e na hipótese da paz democrática, livre comércio, na lei internacional, e na balança entre as liberdades individuais e regulação pelo Estado. Tais premissas estão embutidas no pensamento liberal e no Estado, via um contrato social liberal, como afirma Richmond (2009a: p.559).

Esses ideais remontam aos debates filosóficos e políticos que emergem dos escritos de Hobbes, Maquiavel, Abbe Saint Pierre, Kant, Rousseau, Locke, Paine, Cobden, Mill, Bentham e Grócius., entre outros, em contextos de ciclos de guerras, diplomacia, construção de Estado, imperialismo e colonialismo (Richmond, 2009a: p.559).

3.2.2

Hibridização

As ideias de participação passam a ser foco de muitas críticas, de que as narrativas simplesmente cooptam as elites locais nas estruturas e normas ocidentais ou até mesmo que a ‘tirania da participação’ vela problemas sociais complexos em um discurso que busca apresentar e legitimar soluções simplificadas e tecnocráticas para o conflito (Cooke & Kothari: 2004; Hickey & Moran: 2004; Chopra & Hohe: 2004).

Apesar das críticas e do fracasso na prática da implementação dos projetos sob esse lema da ‘participação local’, a ideia de que o ‘local’ deve fazer parte do processo não é deslegitimada, apenas se questiona o modo de inclusão do ‘local’.

Contra essa tendência de romantizar o ‘local’, mas críticos das operações de *peacebuilding* empreendidas de forma desequilibrada com as necessidades reais do ‘local’, surge uma nova perspectiva crítica da paz liberal. Essas críticas, que despontam a partir de meados da última década, identificam as mesmas negligências do ‘internacional’ com o ‘local’ apontadas por outros movimentos críticos como causas dos fracassos das operações de *peacebuilding*. Entretanto, sugerem a construção não de uma ‘paz local’, mas de uma ‘paz híbrida’, que resulta do encontro do ‘internacional’ com o ‘local’.

Essa corrente crítica, encabeçada pelos estudos de Oliver P. Richmond, defende que essa forma híbrida de paz transcende a paz liberal e por isso, também a denominam ‘paz pós-liberal’. Esse discurso mais recente da paz híbrida ou paz pós-liberal advoga pela possibilidade de uma nova dimensão de reconstrução pós-conflito que supere os problemas da paz liberal e o transcenda. Esse discurso é o objeto central de análise desta dissertação.

Como afirmam Tanja Hohe e Jarat Chopra (2008):

Here, the Western-style paradigm of state-building, which is preoccupied with forming a national executive, legislature and judiciary, confronts resilient traditional structures, socially legitimate power-holders, abusive warlords out to win, or community coping-mechanisms relied on under conflict conditions. The options for establishing or reconstructing governing institutions seem stark: either reinforce the status quo and build on it, further empowering the already strong; or replace altogether what exists with a new administrative order. But there may be a middle road.

Essa ideia de que deve haver um meio termo entre a paz construída pelo ‘internacional’ e a paz liderada pelo ‘local’ caracteriza esse movimento crítico mais recente. Em uma transição de longa duração, a crítica defende que o que parece adequado é a criação desse espaço para que as vozes das comunidades ‘locais’ se expressem e se envolvam diretamente na construção e/ou evolução de suas próprias instituições políticas e culturais, como parte do processo de integração gradual ao aparato nacional de Estado.

Como foi explorado na seção anterior, a crítica alega que paz liberal tem criado em muitos ambientes pós-conflitos uma paz que chamam de ‘paz virtual’, Estados vazios e instituições que não estão adaptados ao cotidiano da sociedade em questão. Nesse contexto, fala-se em paz, mas a paz é raramente definida (Richmond, 2008: p. 440).

Qual seria a solução para esse problema da ‘paz virtual’? Richmond propõe uma paz pós-liberal. De acordo com ele:

“a post-liberal peace would respond to this weakness by engaging with the dynamics of the everyday – whether strategy or tactic, institution or person, and instead revitalise a far more democratic and legitimate politics than has so far occurred in post-violence zones, where politics has become the unbalanced art of reducing peace to security, institutions and markets” (Richmond, 2009b: p.578).

Richmond acrescenta que a construção de uma paz pós-liberal implica a consideração de uma ‘ética local de paz’, que se baseia na legitimidade das conexões entre práticas distintas, como expressa a seguir:

“a wide array of interconnected local and non-local liberal and non-liberal, practices, and the mediation of any tensions that obviously exist between them. This requires a privileging of non-liberal voices as well as the far more common recognition that order and peace requires a general, often elite level principle or agreement” (Richmond, 2009b: p.578).

De maneira objetiva, Richmond (2009a: p.578-579) define uma agenda para a paz pós-liberal da maneira pontuada abaixo. Segundo o autor, deve-se buscar:

1. A detailed understanding (rather than co 1. -option or ‘tolerance’) of local culture, traditions, and ontology; and acceptance of peacebuilding as an empathetic, emancipatory process, focused on everyday care, human security, and a social contract between society and the polity, which acts as a provider of care rather than merely security;
2. In addition, a peacebuilding contract between internationals and local actors which reflects the social contract within the polity;
3. Thinking about peace beyond the liberal state mechanism (rather than using peace to propag ate liberal states);
4. ‘Local–local’ ownership of a local, regional and global process of peacemaking, or of an agreement (as opposed to international–local elite ownership);
5. Local decision-making processes to determine the basic political, economic, and social processes and norms to be institutionalised;
6. International support for these processes, guidance on technical aspects of governance and institution building without introducing hegemony, inequality, conditionality, or dependency;
7. An economic framework, focusing on welfare and empowerment of the most

marginalised, should be determined locally. Internationals may assist in free market reform and marketisation/privatisation not on the basis of external expert knowledge but by local consensus, but they should also immediately introduce a socio-economic safety net to bind citizens and labour to a peaceful polity (rather than to war-making, a grey/black economy, or transnational criminal activities). Otherwise, neoliberalism clearly undermines any social contract and leads to a counterproductive class system;

8. *Any peacebuilding process must cumulatively engage with everyday life, custom, care and empathy, as well as institutions;*

9. *1–8 should result in a process whereby an indigenous peace is installed that includes a version of human rights, rule of law, and a representative political process that reflects the local groupings and their ability to create consensus, as well as broader international expectations for peace (but not alien ‘national’ interests).*

A partir dessas interações e da dinâmica do cotidiano, Richmond, Mac Ginty e outros críticos da paz liberal, defendem a emergência de formas híbridas de paz, entre local e liberal, o que teria profundas implicações na forma como vem sendo operacionalizadas as operações de construção da paz e de construção de Estados (Richmond, 2009a: p.578).

Richmond (2009a: p.580) defende que o *peacebuilding* não deve ser usado como disfarce de mecanismos de exportação de ideologias, mas “*should seek open and free communication between post-conflict individuals and peace builders about the nature of peace in each context*”.

Para Richmond (2010b: p.679-680), democracia é crucial para a emergência de novas formas para a paz, mas esclarece que não defende uma democracia na forma institucional encapsulada pelo Estado ou em sua forma cosmopolita. Para possibilitar a ‘agência do cotidiano’, Richmond defende uma atitude mais abrangente sobre governança, comunidade política e vida em geral por meio de uma virada comunicativa ou nos termos de uma ‘*democracy to come*’ (Derrida: 1993; Newman: 2007; Connolly: 2008).

Superar a paz liberal implica pensar em formas de governo não-territoriais, regionais e híbridas. A paz pós-liberal é construída da seguinte forma:

Here the liberal aspirations for universal participation and representation in a formalised constitutional and inter-national structure might be integrated with a far more localised and culturally appropriate form of politics which allows, in an empathetic manner, a politics of emancipation to emerge. This would represent a ‘liberal-local hybrid’ and post-liberal form of peace (Richmond, 2009a: p.167).

Anne Brown *et al* (2010: p.100) desafiam a crença de que as abordagens de reconstrução estatal é a forma mais apropriada às demandas de construção da paz ou formação do Estado. Adicionando voz à crítica em favor de uma paz híbrida, os autores sugerem ‘ordens políticas híbridas’ como um instrumento analítico que ajuda a entender e engajar com os processos desafiadores da formação do Estado e paz social sustentável nos Estados do ‘sul global’. Por ‘ordens políticas híbridas’, Anne Brown *et al* (2010: p.100) se referem à “*coexistence of very different orders of governance and government*”.

Os autores acreditam que falar em ordens políticas híbridas possibilita uma análise mais neutra da complexidade das articulações de poder e autoridade nessas sociedades, ampliando o foco da análise das funções e capacidades das instituições estatais para também incluir a operação de instituições costumeiras e outras instituições não-estatais como fontes de paz social, justiça, representação política e participação (Anne Brown *et al*, 2010: p.101).

Essa abordagem que propõem serviria ao propósito de explorar a natureza e a qualidade das interações entre as instituições formais do Estado e as instituições costumeiras e não-estatais, e potencialmente identificar processos de acomodação positiva mútua entre os vários domínios de governança, de onde novas formas de Estado possam ser identificadas (Anne Brown *et al*, 2010: p.101).

Como alternativa, os autores argumentam que o hibridismo político das sociedades pós-coloniais do ‘sul global’ oferecem formas de governança – frequentemente baseadas no cotidiano, costumes da vida em comunidade – que detém legitimidade social significativa. Tais formas societárias de governança são partes necessárias para a emergência de qualquer ordem nacional capaz de sustentar a paz social e prover um governo democrático funcional (Anne Brown *et al*, 2010: p.101).

As perguntas apresentadas por Anne Brown *et al* (2010: p.112) são:

“What might international peacebuilding responses that are able to interact more constructively with local mechanisms for social peace look like and how might they work?” (...) “What implications would this more dialogic orientation have for the political economy of peacebuilding and development, for the ways that decisions and directions are taken and accounted for, and for the relationship between policy and practice?”

A proposta da paz pós-liberal requer criatividade e engajamento pacífico, elementos necessários para a construção e a manutenção da paz híbrida. Mac Ginty (2010: p.407) sugere um contínuo processo de gerenciamento do conflito, no qual os diferentes interesses e valores podem se fundir, cooperar, colidir e serem negociados. O autor acrescenta que esse processo de construção da paz híbrida é em grande medida espontânea, e requer que os indivíduos e coletividades se entendam e se acomodem às necessidades uns dos outros.

Sobre a importância do hibridismo, Mac Ginty (2010: p.407) esclarece que é um conceito valioso, uma vez que oferece a possibilidade para que a aceitação ‘local’ da paz seja aprovada e sustentada. A paz é concebida e representada por muitos Estados e instituições como um objetivo estratégico. Contra essa noção, Mac Ginty afirma que a natureza híbrida da paz, que prevalece em muitas sociedades, sugere pragmatismo ao invés de pensamento estratégico. Assim, Mac Ginty reforça a relevância da atenção voltada ao cotidiano.

A paz híbrida é fluida, assim como os conceitos de segurança, de desenvolvimento, bem como os atores que defendem e aplicam tais conceitos. A partir disso, Mac Ginty (2010: p.408) destaca a capacidade dos atores e instituições de se transformarem e de se tornarem adeptos ao gerenciamento da mudança.

As narrativas do cotidiano demandam novos métodos de engajamento com o ‘local’ e as dinâmicas e encontros entre ‘internacional’ e ‘local’. A etnografia não é o único recurso para o conhecimento do local em seu tempo e espaço, mas para Milne (2010: p.88) é único em oferecer uma experiência verdadeiramente dialógica, “*which marks self-transcendence not only on the part of the researcher, but also for his/her research ‘subjects’*”.

Afirma-se que existem diversos casos de pesquisa etnográfica realizada com o intuito de maior aproximação das ideias locais sobre o que constitui objetivos legítimos de um conflito ou meios para o conflito, comportamentos permissíveis e níveis de violência, bem como caminhos para sair de um conflito (Milne, 2010: p.75).

Milne (2010: p.75) argumenta que se deve admitir a parcialidade de quaisquer ‘verdades’, o que libertaria o pesquisador ou o empiricista de sua noção de ‘não perspectiva’. A autora afirma que o estudo etnográfico é importante para

que se descubra “*what makes sense locally*”, o que certamente ajudaria os praticantes a combinar a prática com as expectativas ‘locais’ e necessidades.

Williams sugere com sua crítica uma boa dose de humildade, o que significaria para o autor dissolver a separação que existe entre os ‘*peacekeepers*’ e demais representantes da reconstrução e aqueles que estão sendo ajudados. Para o autor, os funcionários da operação de *peacebuilding* vivem numa ‘bolha de segurança’ enquanto a população não (Williams, 2010: p.68).

Milne (2010: p.84) ressalta que o trabalho de campo costuma ser uma experiência muito individual, enquanto *peacebuilding*, mesmo em suas formas menos ortodoxas, é um empreendimento coletivo, e dessa forma, parte necessariamente de generalizações. Segundo Anne Brown *et al* (2010: p.100):

“the dominant discourse of statebuilding, derived from ‘ideal model’ accounts of Western developed states, is shaped by overly narrow conceptions of what constitutes a state as a working political community. The models of the state that have dominated international peacebuilding (and broader state-strengthening) operations fundamentally misconstrue key dimensions of the nature of political community, and particularly of participatory, democratic political community. These models are therefore often poorly adapted to supporting the emergence of viable political community, especially in societies struggling with the aftermath of violent division.”

Os autores críticos da paz liberal concordam que conhecer o local é fundamental para que a paz híbrida seja reconhecida. Esse capítulo objetivou apresentar os desenvolvimentos teóricos na disciplina de Relações Internacionais e mais especificamente no subcampo de estudos de resolução de conflitos que permitiram uma abertura maior aos questionamentos mais críticos da paz liberal nas operações de *peacebuilding*.

Principalmente, buscou apresentar divergências e transformações na crítica da paz liberal. Dessa forma, ilustra como as experiências das Nações Unidas e demais instituições internacionais engajadas na reconstrução pós-conflito moldam e são moldadas a partir da disseminação e movimentação de ideias e conceitos na academia.

Como vimos, a literatura engajada em analisar as operações de paz floresce a partir da década de 90, mas é dominada por perspectivas empiristas preocupadas em resolver problemas imediatos no terreno dos conflitos. Com o passar dos anos, surge uma massa crítica comprometida em questionar as

estruturas políticas, econômicas e culturais dominantes por trás das premissas de construção da paz.

Recentemente, um grupo crítico da paz liberal se destaca pela adesão à noção de paz híbrida, que resulta de tensões e acomodações entre o ‘internacional’ e o ‘local’. Esse hibridismo é a alternativa proposta à paz liberal, que rejeita a imposição da paz nos moldes ocidentais, mas hesita em romantizar o ‘local’. Considera dominação e resistência como dois focos de poder interagindo e se acomodando no cotidiano.

Por meio da paz híbrida, ou paz pós-liberal, que definem como um ponto de interseção entre duas culturas criado a partir da interação no cotidiano, os defensores dessa narrativa almejam, como explicitam em seus textos, propor uma forma de paz que legitime as operações de paz das Nações Unidas. O propósito desse trabalho é questionar as premissas dessa paz híbrida e sua proposta de resolver o problema da hierarquia. Pretende-se analisar o lugar do ‘local’ na paz híbrida e até que ponto tal proposta se distingue da paz liberal que esses autores criticam.